

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL
DE 02/11/2018
Pág. 117 Col. 29
Conferido [assinatura]

A Comissão de ECON
Em 06/11/18
Vera Nice Rodrigues Ribeiro
RF. 101.123

RECEBIDO na Comissão de
Trânsito, Transp., Ativ. Econômica,
Turismo, Lazer e Condição de
Em 06/11/2018
Por Hugo Zanoni Harbs
Téc. Administrativo
RF 11.391

Ào Vereador / A Vereadora
Exmo. Ver. Conley Lopes
Para relatar,
Sala de Exatidão de Transp., Atividade
Econômica, Turismo, Lazer e Condição de
Em 06/11/2018
Obs. O prazo para manifestação é de 8 dias, nos
termos da Lei nº 1.300 de 2013 (do R)

Segue(m) juntado(s), nesta data, documento(s)
e papel de informação rubricado(s) sob folha(s)
nº 15 e 16, Em 05/12/2018
Maria de Fátima Moreira
RF 100.749



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

PL 51/18

Folha nº 15 de fls. 20
Processo nº 05-54/2018
Maria de Fátima Moreira
RF. 100.749 - SGP-12

PARECER Nº 1989/2018 DA COMISSÃO DE TRÂNSITO, TRANSPORTE, ATIVIDADE ECONÔMICA, TURISMO, LAZER E GASTRONOMIA SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 51/18

O presente projeto, de autoria do Vereador Rinaldo Digilio, torna obrigatória no Município a divulgação do serviço "Disque Denúncia de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes", nos seguintes estabelecimentos:

- I - Empresas de comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos;
- II - Empresas de exploração de brinquedos mecânicos e eletrônicos (flipperamas, máquinas eletrônicas, etc);
- III - Empresas de serviços de alimentação para eventos e recepções (buffet infantil);
- IV - Parques de diversão e temáticos.

A propositura assegura ao cidadão a publicidade do número de telefone do disque denúncia de Pedofilia por meio de placa informativa, afixadas em locais de fácil acesso, de visualização nítida, fácil leitura e que permitam aos usuários dos estabelecimentos a compreensão do seu significado.

Os estabelecimentos elencados deverão afixar placas contendo o seguinte teor:

ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES SÃO CRIMES.
DENUNCIE!
DISQUE 100 OU 181

O descumprimento da obrigação contida nesta Lei sujeitará o estabelecimento infrator às seguintes penalidades:

- I - Advertência;
- II - Multa no valor de 1 (um) salário mínimo por infração,
- III - Fechamento do estabelecimento até o cumprimento desta lei.

De acordo com a justificativa, objetiva-se resguardar a integridade física das crianças e adolescentes no Município.

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou Substitutivo com o fim de adequar o texto à técnica de elaboração legislativa da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de

relatório 2053/2018



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

PL 51/18

Folha nº 16 de 21
Processo nº OL- 51/2018
Maria de Fátima Moreira
RF. 100.749 - SGP-12

1998, bem como de se resguardar o Princípio da Independência dos Poderes e definir em espécie o valor da multa prevista, estabelecendo mecanismo para sua atualização.

A Comissão de Administração Pública apresentou parecer favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

No âmbito da competência desta Comissão, entendemos que a propositura é oportuna, meritória e atende ao interesse público.

Favorável, pelo exposto, o parecer, nos termos do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Sala da Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo Lazer e Gastronomia, em 05/12/2018.

**SENIVAL MOURA
PRESIDENTE**

ADILSON AMADEU

ALESSANDRO GUEDES

CONTE LOPES
Relator

GEORGE HATO

REGINALDO TRIPOLI

RICARDO TEIXEIRA